



REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

Volume 12, número 29 – 2019

ISSN 2359-2842

Uma leitura: os estudos do Simpósio Temático “História Oral e Educação Matemática” do Encontro Nacional de História Oral

Oral History and Mathematics Education in the Brazilian Meeting on Oral History: a Reading on the oral communications

Antonio Vicente Marafioti Garnica¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura das comunicações orais apresentadas nas duas edições (2016 e 2018) no Grupo Temático “História Oral e Educação Matemática” do Encontro Nacional de História Oral (ENHO).

PALAVRAS-CHAVE: Leituras, Narrativas, História, Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper presents a reading which has its focus on the research Works presented (in 2016 and 2018) as oral communications in the Thematic Group “Oral History and Mathematics Education” of the Brazilian Meeting on Oral History.

KEYWORDS: Readings, Narratives, History, Teachers Formation.

Uma (longa) introdução

A oralidade sempre foi grande aliada da pesquisa. Ainda que em determinados tempos e momentos alguns agentes expressassem dúvidas quanto à confiabilidade das fontes orais – “O depoente sempre pode mentir”, diz-se – elas sempre serviram para a tomada de decisões, para parametrizar buscas, para exemplificar, para oferecer outro ponto de vista, para propor argumentos. A vinculação entre memória, oralidade e história sempre foi um tema de acalorado debate. Algumas comunidades de pesquisa – como os sociólogos, os antropólogos e aqueles

¹ UNESP-Bauru. vicente.garnica@unesp.br

que trabalham com Psicologia Social, por exemplo² – há muito se mostram abertos à perspectiva de incorporar a oralidade em seus protocolos de pesquisa. Já os historiadores – talvez pela forte marca deixada pela historiografia positivista de Ranke, reforçada pelas importantes sistematizações de Langlois e Seignobos, por exemplo – mostraram maior resistência³. É interessante lembrar que a França – berço da significativa revolução historiográfica que, plantada na década de 1920 vige até hoje, dando lastro às mais contemporâneas formas de conduzir e fundamentar as operações historiográficas – mostrou-se como um dos territórios mais resistentes ao desenvolvimento do que hoje se chama História Oral e de sua mobilização em trabalhos históricos. Ninguém, entretanto, nega a importância que a escuta atenta de testemunhos orais teve para os historiadores, tanto os da Antiguidade, como Heródoto e Tucídides, quanto para os mais contemporâneos, como Michelet, ao apresentarem suas elaborações até hoje vitais para compreendermos o campo de pesquisa que, segundo Bloch, ocupa-se dos homens que, em comunidade, vivem no tempo.

Tanto Thompson quanto Joutard⁴ concordam que os efeitos cumulativos dos séculos XVI e XVII e, notadamente, o advento da imprensa, fizeram com que eclodisse uma variedade de recursos, tanto qualitativos quanto quantitativos, para a historiografia. A partir de então, foram muitos os documentos impressos produzidos por vários profissionais. Documentos que valorizavam costumes, leis, práticas tradicionais, o comércio, as finanças, a agricultura e, de modo geral, o cotidiano da população. O campo de ação da história aumentou prodigiosamente com tais publicações. Várias formas de textos históricos foram produzidas como, por exemplo, o estudo da cultura popular, o romance histórico, a biografia e a autobiografia, não havendo, porém, até então, uma divisão profissional entre os processos de criação de informação, construção de teoria social e análise histórica. Essa separação e especialização do método de trabalho, da análise histórica e da teoria social vai impor-se apenas no século XIX. Antropólogos realizam a investigação itinerante em colônias e sociólogos fazem levantamentos

² Veja-se, nesse sentido, o artigo de Weber (1996) sobre História Oral e Ciências Sociais – com ênfase na Antropologia.

³ Essa coreografia de resistências ocorre também – e com movimentos muito semelhantes – na Educação Matemática. Enquanto na história da Historiografia podemos encontrar textos ácidos sobre abordagens alternativas – o caso da micro-história parece marcante: historiadores mais clássicos referiam-se a essa tendência historiográfica como a tentativa de “dar microfone a formigas” (GARNICA, 2010) – na Educação Matemática a resistência mais clara veio exatamente dos pesquisadores em História da Matemática, tendo também claros focos vindos da História da Educação Matemática.

⁴ Aqui seguimos o artigo *Thompson e Joutard: duas vozes sobre as vozes do passado*, de Rolkowski e Silva (2006).

nas sociedades “modernas”. Para dar conta de operar com essas tantas informações, surgem diversos métodos, como o levantamento empírico, a observação participante, o levantamento sociológico realizado a partir de entrevistas, a técnica de entrevista conjunta. Ainda assim, eram raros os historiadores que se utilizavam da oralidade para escrever história. Isso somente ocorria em contextos excepcionais ou fora da fronteira, como na África, onde britânicos e franceses realizaram vários registros das tradições nativas.

As raízes da supremacia dos documentos escritos para a escrita de História fincam-se, principalmente, na formação acadêmica sistemática do historiador, originada na Alemanha de Von Ranke, que estimula o trabalho documental medieval. A partir daí nota-se no trabalho do historiador uma elitização que visa à preservação dos valores das classes superiores. Tal enfoque demorou a mudar mesmo com a ampliação do campo de interesse da história. Embora não pertencendo mais às classes gerenciadoras, os historiadores estiveram, por muito tempo, submetidos à era de burocracia, ao poder estatal, à ciência e à estatística.

Ainda que não se possa considerar uma mudança de enfoque, Joutard lembra que até mesmo na França o recurso às fontes orais não foi totalmente negligenciado. Motivados pela curiosidade quanto às culturas populares, os dialetos e suas relações com a nacionalidade, alguns jornais puseram-se a realizar entrevistas. Além disso, a busca por estatísticas levou o governo a realizar uma série de questionários com dirigentes municipais. É nesse processo dialético envolvido por informação e interpretação entre história e comunidade que a finalidade da história vai sendo transformada.

Essa breve retomada (histórica) dos usos da oralidade na pesquisa mostra, ao mesmo tempo, duas faces bastante importantes para a caracterização da História Oral como abordagem de pesquisa: sua proximidade com a historiografia e, ao mesmo tempo, seu afastamento em relação à historiografia. Ou seja, ainda que a oralidade tenha sido fundamental para a inovação dos métodos científicos (incluindo nisso os estudos históricos) no que diz respeito à criação de fontes de pesquisa, não necessariamente a História Oral precisa estar vinculada ao desenvolvimento de estudos historiográficos – o que resta bastante nítido dada a pluralidade de áreas que se beneficiaram desse enfoque. De outro modo: ainda que a História Oral cuide da criação de fontes (historiográficas) não necessariamente as fontes criadas participam de um projeto historiográfico.

Recriar pontos de vista respeitando vivências individuais e percepções subjetivas está na origem do que tem sido concebido por História Oral. Essa expressão “História Oral” surge

entre os americanos, embora focos bastante nítidos de práticas comuns possam também ser detectadas na Europa.

Entre avanços e resistências, é natural que essas abordagens lastreadas pela oralidade fossem cada vez mais sistematizadas e incorporadas à investigação chamada “científica”. Das iniciativas da Escola de Chicago – criada em 1910 – com as Histórias de Vida⁵, o recurso à oralidade e às biografias nas pesquisas acadêmicas sofreu aparente declínio por quase 40 anos, vindo a ressurgir de modo potente com a virada hermenêutica das Ciências Sociais da década de 1970. Antes, porém, ainda à década de 1940, um impulso definitivo foi dado a essas perspectivas por Allan Nevins⁶ que, mesmo sendo frequentemente lembrado como marca do surgimento da moderna História Oral, recusa essa paternidade afirmando que a História Oral nasceu das necessidades, das circunstâncias e das inovações tecnológicas (fundamentalmente o gravador portátil) próprias de um momento histórico específico⁷.

A expansão das atividades industriais e a atenção – dada principalmente pela Antropologia – aos “excluídos” nesse processo de industrialização no mundo contemporâneo, intensificam a utilização das memórias gravadas como recurso para a pesquisa, numa série de estudos de casos. Não se trata mais de privilegiar as grandes personalidades públicas, o que mesmo a História Oral patrocinava em seus inícios, mas de voltar o olhar às particularidades dos marginalizados. É mais propriamente no intervalo entreguerras que a História Oral começa a considerar, como seu foco principal, as populações marginalizadas e os casos discrepantes na norma social vigente. Com isso, as biografias surgem como instrumento privilegiado, embora a intenção mais fortemente detectada seja a de estudar, a partir de particularizações, os processos e contornos que permitem, criam, mantêm e reproduzem a marginalização, o desvio,

⁵ Segundo Guérios (2011), “A metodologia da história de vida /.../ teria surgido nas Ciências Sociais na década de 1920, com os estudos da chamada ‘Escola de Chicago’. As entrevistas de caráter biográfico possibilitaram, para estes estudiosos, abordar temas como as mudanças sociais relativas a processos migratórios (como no caso do clássico *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki, frequentemente considerado o primeiro trabalho a utilizar relatos autobiográficos como material de pesquisa) e as carreiras de indivíduos tidos como desviantes ou delinquentes (em estudos como *The Jack Roller*, de Clifford Shaw) – ou seja, temas de pesquisa em que o pertencimento social dos sujeitos observados não é dado *a priori*.”

⁶ Isso ocorre principalmente devido às gravações que Nevins realizou com personalidades americanas, dentre as quais se destaca as que resultaram na biografia de Henry Ford.

⁷ Ele afirma: “A história oral nasce da invenção e da tecnologia modernas. /.../ Começamos reavaliando o mito de que eu fundei a história oral. A História Oral fundou-se. Ela tornou-se uma necessidade patente, e teria sido trazida à vida em vários lugares, teria desabrochado sob várias e distintas circunstâncias, de qualquer modo”. (Dunaway & Baum, 1996)

a exceção. É em seu processo de desenvolvimento que a História Oral, ampliando seu foco, passa a estudar grupos e populações de segmentos médios, que dão um panorama mais nítido da realidade.

Atualmente parece haver um interesse generalizado nos processos que envolvem as memórias, sejam individuais ou coletivas, voluntárias ou involuntárias; vivemos um momento histórico em que a sociedade dos meios de massificação pretende homogeneizar – e o tem feito violentamente – todas as formas de saber e de comunicação social. Nesse cenário a História Oral desempenha (ou pode desempenhar) função singular. Seus estudos têm em comum a tendência de evitar a “coisificação”, a “factualização” – e, decididamente, a “heroificação” – dos indivíduos-depoentes, tentando preservá-los em sua integridade de sujeitos, registrando uma rica pluralidade de pontos de vista. Segundo Paul Thompson, notadamente três fatores distinguem e validam a abordagem da História a partir de evidências orais: a oralidade permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que, de outro modo, por outro instrumento de coleta, seriam inacessíveis; a evidência oral permite compreender, corrigir ou complementar outras formas de registro – quando existem – e, finalmente, a evidência oral traz consigo a possibilidade de transformar “objetos” de estudos em “sujeitos”, ao evitar que, como na “historiografia clássica”, os atores da História sejam compreendidos a distância e (re)elaborados em uma “forma erudita de ficção”.

Não se deve também negligenciar a produção de Alessandro Portelli sobre a História Oral. É com esse autor italiano que vemos, com maior nitidez do que já havia sido abordada por Thompson e Joutard, a função política da História Oral. Os trabalhos de Alessandro Portelli (PORTELLI, 2003; 2016) sobre o Massacre das Fossas Ardeatinas, realizados a partir de entrevistas com antigos combatentes da resistência italiana, os *partigianos*, são emblemáticos. Esse Massacre diz respeito ao fuzilamento de 335 civis, ocorrido em 24 de março de 1944, em represália ao atentado que, no dia anterior, havia matado 33 oficiais nazistas (dez civis para cada oficial morto foi o *slogan* nazista). Quatro dias depois do fuzilamento sumário, sem julgamento, as fossas, como ficaram conhecidas as antigas cavas da cidade de Roma, foram derrubadas para que os escombros escondessem os corpos sem que se precisasse enterrá-los. As narrativas atuais do Estado Italiano negam ou relativizam esse massacre.

Há inúmeros exemplos de mesma natureza, como o do genocídio dos armênios ainda hoje não reconhecido pelo governo turco, ou a defesa das “verdades alternativas” do governo Trump. A criação de narrativas ideologicamente vetorizadas e sem fundamento histórico – bem

ao contrário: são novas narrativas criadas à revelia de evidências e a partir da negação da História – é, portanto, característica mais do que comprovada dos regimes de extrema-direita. Não é casualmente, portanto, que Sandro Portelli usa a História Oral como instrumento político antifascista, e não é casualmente que trazemos esse tema à pauta, neste artigo. Escrevemos este texto no Brasil de 2019, onde as atuais lideranças políticas – sem se preocupar minimamente com coerência ou consistência – afirmam, por exemplo, que o Nazismo foi um movimento político de esquerda bem como que são invenções tanto a Ditadura Brasileira quanto o Holocausto. Interessante notar que essas afirmações sobre o Nazismo e o Holocausto foram revitalizadas e tomaram corpo, no Brasil, logo após a visita do Presidente ao Museu do Holocausto, em Israel, o que mostra o descaso com as evidências históricas e reforça a perspectiva do trabalho de Hanna Arendt sobre a impotência da História que já fora vista como mestra da vida, guia seguro segundo o qual cabia ao passado iluminar o presente e ajudar a organizar o futuro. Os atuais governos de extrema direita, que se multiplicam pela Europa e pelas Américas, têm como diretriz transformar o ódio às esquerdas, o revanchismo, a violência e os ressentimentos em políticas de Estado, numa narrativa de mocinhos e bandidos, do dicotômico “nós” contra “eles”. É esse estado de coisas que torna a História Oral ainda mais relevante: é preciso criar e preservar acervos de memórias diferenciadas, de modo a impedir que novas narrativas, sem lastro, sejam propagadas impunemente ou sem contraposição.

Essa História Oral da qual falamos surge como método de investigação com procedimentos mais plenamente configurados (ou em via de configuração mais estável, pois se inicia sua reflexão metodológica) entre as décadas de 1960 e 1970. Ela trata de abordar o acontecimento social sem classificações prévias, optando por abrir vários planos discursivos, considerando as tensões entre as histórias particulares e a cultura que as contextualiza. O sujeito, que se constitui a si próprio no exercício de narrar(-se), explica-se e dá indícios, em sua trama interpretativa, para compreensão do contexto que ele constitui e que o constitui.

É também na década de 1970 que a América Latina começa a participar mais intensamente do movimento da História Oral. No Brasil, embora haja registros de pesquisas desenvolvidas segundo essa abordagem em tempos mais remotos (vinculada à Sociologia e à Psicologia Social), a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) é fundada em 1975 e a aplicação desse recurso por universidades e outras instituições é flagrante a partir da década de 1980. A criação da ABHO surgiu do interesse de alguns historiadores e sociólogos, tendo como

um dos principais motivadores José Carlos Sebe Bom Meihy, que à época retornava do Congresso Internacional de História Oral, realizado no México.

Desse momento em diante, a História Oral vai ganhando campo em diferentes áreas do conhecimento, e no início dos anos 2000 alcança a Educação Matemática. A opção bastante clara pelas abordagens qualitativas de pesquisa sempre caracterizou a Educação Matemática, e as entrevistas, por exemplo, compõem boa parte das estratégias de investigação nessa área. Entretanto, não se deve reduzir a abordagem metodológica da História Oral ao uso de entrevistas (ainda que as entrevistas sejam estratégia básica para a composição e posterior registro das fontes orais). Embora saibamos de trabalhos anteriores à década de 2000 desenvolvidos com recursos muito próximos ao que temos chamado de História Oral⁸, é com a criação do Grupo de Pesquisa História Oral Educação Matemática (GHOEM) que se torna mais visível a incorporação dessa abordagem em nosso campo de estudos⁹. Isso ocorre tanto por que o Grupo reúne alguns desses autores que já haviam trabalhado com História Oral, quanto porque ele já se inicia com uma representatividade significativa de pesquisadores de diferentes regiões do país, constituindo-se naturalmente como multiinstitucional, o que lhe permite ser vetor divulgador e, ao mesmo tempo, motivador para outras pesquisas e para a criação de outros coletivos de pesquisadores voltados ao estudo e à aplicação da História Oral em Educação Matemática.

No ano de 2016 cria-se, no XIII Encontro Nacional de História Oral (ENHO), o Simpósio Temático “História Oral e Educação Matemática”, que funciona sob a coordenação de Ivete Maria Baraldi (da UNESP) e de Diogo Franco Rios (da UFPel). O Simpósio, coordenado pela mesma dupla de pesquisadores, se mantém no XIV ENHO. A importância desse Simpósio para a Educação Matemática é inequívoca: ele é a concretização de um discurso que sempre animou a Educação Matemática, qual seja, a necessidade de interlocuções com outras áreas, posto que só nessas interlocuções damos conta de um objeto que, em sua essência, é interdisciplinar: o ensino e a aprendizagem de Matemática em diferentes tempos e espaços.

⁸ Um inventário dos primeiros trabalhos produzidos em Educação Matemática com o uso da História Oral pode ser encontrado em Garnica (2006). Sistematização mais recente, elaborada por vários autores, sobre os procedimentos mais usuais, os temas e as fundamentações da História Oral na Educação Matemática podem ser buscados em Garnica (2019).

⁹ É importante enfatizar que o GHOEM não é precursor das pesquisas que usam a História Oral em Educação Matemática nem seus membros eram, mesmo à época de sua criação, os únicos pesquisadores a desenvolverem pesquisa nesse viés. O que se afirma é que, por uma série de circunstâncias, a criação do GHOEM marca de forma bastante clara a presença da História Oral como estratégia metodológica na Educação Matemática.

Já se disse que não somos meramente um campo interdisciplinar do conhecimento, somos assim pois nosso próprio objeto de estudo, em suas diferentes e múltiplas perspectivas, é interdisciplinar. Ora, só no diálogo com outras “disciplinas” é que o interdisciplinar pode se manifestar. Transcendendo o recurso das referências bibliográficas (a partir dos quais também se efetiva uma postura interdisciplinar) a participação em fóruns como o Encontro Nacional de História Oral torna viva essa troca de referências e amplia significativamente nosso arsenal de fontes e as possibilidades de encontros, o que, por sua vez, amplia nossas perspectivas, redimensiona nossas problematizações e nos permite aprofundar compreensões acerca do “nosso” objeto em contato com o outro. Daí a necessidade de frequentarmos, além dos nossos eventos, aqueles encontros nacionais, internacionais e setoriais de Educação¹⁰. Além disso, a circulação por entre esses outros (e algumas vezes novos) espaços nos permite avaliar nossa própria produção, tema ao qual será dedicada a sequência deste texto.

História Oral e Educação Matemática nos Encontros Nacionais de História Oral

É certo que os 43 trabalhos apresentados nas duas edições do Encontro Nacional de História Oral não podem representar, seja em número, seja no que diz respeito à distribuição da pesquisa entre pesquisadores, grupos, instituições e regiões brasileiras, todos os muitos trabalhos em Educação Matemática hoje realizados no Brasil mobilizando a História Oral. Ainda assim, a diversidade temática ali presente dá um bom parâmetro da vitalidade e das potencialidades dessa estratégia metodológica para o nosso campo, permitindo algumas considerações que talvez até possam ser estendidas a um universo maior, o das produções nacionais.

Dos trabalhos apresentados no Simpósio Temático dos Encontros Nacionais de História Oral, a maior parte deles tem como tema central a formação de professores, e trata esse tema de um ponto de vista historiográfico, analisando a criação e o desenvolvimento de instâncias de formação docente num cenário bastante amplo, atingindo espaços desde o município de São

¹⁰ Eventos mais gerais da Educação, que tratam de políticas públicas, inclusão, história, metodologias de pesquisa, filosofia, leitura e escrita, alfabetização, modalidades de formação etc. No caso da História Oral em Educação Matemática é também digna de registro nossa participação nos CIPA – Congressos Internacionais de Pesquisa (Auto)biográfica, compostos por grupos das mais diferentes áreas do conhecimento. Nesses eventos tem sido cada vez mais significativa a presença de educadores matemáticos interessados em História Oral e no uso de narrativas em pesquisas.

José dos Basílios, no Maranhão, passando pelos cursos superiores de Licenciatura no Rio Grande do Norte até chegar a Barreiras, na Bahia, aportando também na região do Pantanal, no Mato Grosso do Sul, à região do Alto Araguaia e às cidades de Cuiabá e Barra do Garças, no Mato Grosso, além de haver estudo sobre alguns cursos do Oeste Catarinense. O estado de São Paulo fica representado nos estudos sobre a formação dos professores de Matemática que atuam/atuaram nas Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (as FATECs) e aqueles ligados aos Ginásios Vocacionais da década de 1960. De Minas Gerais vem o estudo sobre os cursos de Suplência, que é recorte de uma pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos na cidade de Contagem, e uma pesquisa relacionada ao ensino de Matemática na cidade de Mariana. Do Mato Grosso Uno estudam-se os Cursos Parcelados de Licenciatura, o projeto modular de formação docente e a Escola Normal de Campo Grande. Do Paraná vêm estudos relacionados ao PNAIC, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e a políticas públicas paranaenses – caso das Diretrizes Curriculares Estaduais. Do Paraná e de São Paulo há trabalhos tematizando o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, política do Governo Federal voltada para a formação de futuros professores – hoje enfrentando sérios problemas para sua continuidade – que promove uma aproximação com as escolas da Rede Pública de ensino e seus professores. Dessa pluralidade de temas resultam narrativas de sotaques bastante distintos que tratam de situações e circunstâncias cujos signos comuns, como já se argumentou (GARNICA, 2008), são a urgência, a carência e a transitoriedade. Criar acervos em que se disponibilizam essas narrativas é vital para, por exemplo, a avaliação e a proposição de políticas públicas, de tal modo que, nesse sentido – variado, plural, caótico e disforme –, fala-se em um Mapeamento da formação e atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil.

Seria impossível pensar esse mapeamento como uma extensão, a rigor, do mapeamento cartográfico da Geografia Física, cuja função é representar, num jogo de escalas e de relevâncias, uma realidade estática. Mas se flexibilizarmos essa ideia estática de cartografia, optando por criar mapas propositalmente móveis, reformuláveis, dinâmicos, caleidoscópicos – no sentido de que sua configuração se altera a cada novo olhar, a cada nova leitura –, se optarmos por pensar numa cartografia que cria mapas necessariamente inacabados e plenos de espaços em branco que mais se avolumam quanto mais são preenchidos... podemos pensar essa

coleção de depoimentos¹¹ que retratam situações, circunstâncias, práticas e desejos como um mapeamento sobre a formação e a atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil.

A essa riqueza cartográfica que pode ser apontada nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de História Oral, deve-se acrescentar a sempre saudável perspectiva de que as diretrizes metodológicas não são estáticas nem podem ser tornadas rotinas fixas e meramente procedimentais. Alguns dos trabalhos apresentados no evento – cerca de uma dezena, se não mais, já que há elaborações teórico-metodológicas, dispersas ou concentradas, em quase todos os trabalhos – têm a própria História Oral como tema. A comodidade de contar com um modo de proceder já tornado clássico tem servido como um fator de resistência, impedindo que, em Educação Matemática, os estudos de viés historiográfico – e isso é muito explícito, por exemplo, nos trabalhos inscritos no campo da História da Matemática – ou desenvolvam, ou aprofundem, ou criem cenários metodológicos próprios, refletidos, que poderiam mais propriamente responder aos seus temas e ao seu campo. Pensa-se mais frequentemente na aceitação e na apropriação de modelos desenvolvidos alhures, em outras comunidades, países ou áreas, do que propriamente num diálogo com essas comunidades e áreas visando a criar um repertório próprio de ideias teórico-metodológicas. Os pesquisadores que mobilizam a História Oral em Educação Matemática – felizmente – parecem seguir em sentido contrário a essa tendência colonizadora e homogeneizante.

Os pesquisadores que incorporaram a História Oral em suas pesquisas em Educação Matemática, até onde chega minha compreensão, não “inventaram a roda”: partiram de encontros com a História Oral praticada na Sociologia, na História, na Antropologia, nas Artes e em outros tantos campos, mas optaram por apropriar-se desses encontros de modo a criar estratégias julgadas mais adequadas aos seus estudos sobre o ensino e a aprendizagem de Matemática. É assim que surge uma História Oral própria, que reflete suas inspirações prévias mas não se reduz a elas: uma História Oral em (e para a) Educação Matemática.

¹¹ A inspiração vem da coleção proposta por Borges na qual todos os elementos têm em comum apenas o fato de não terem nada em comum com qualquer outro elemento da coleção. É a diversidade – e não a convergência e a busca de generalização – que alimenta em boa parte os projetos em História Oral. Aliás, se aqui consideramos a diversidade geográfica para falar desse mapeamento, é conveniente registrar que mesmo a noção de região, nesse mapeamento, é (deve ser) flexibilizada, não respondendo apenas às diretrizes da divisão físico-política usual: pensa-se região, no rastro de Chammas, explorado por Baraldi (2003), como um espaço costurado pela historicidade, uma concepção que posteriormente aliar-se-á às elaborações de Morais (2017) sobre a História ser caracterizada não só pela temporalidade mas, de modo essencialmente vinculado, também pela espacialidade.

Ao buscar compreender como, por exemplo, depoimentos criados para determinadas pesquisas podem ser usados para outras pesquisas, como podem ser relidos; ao questionar procedimentos e fundamentações para usar a História Oral em trabalhos cujos depoentes são surdos ou não dispõem, por qualquer motivo que seja, da linguagem que usualmente permite e dá corpo às entrevistas (usuais); ao propor uma variação nos fundamentos a partir dos quais as textualizações podem ser lidas/analizadas; ao tentar entender o poder das narrativas, mais que entender e definir o que as narrativas são ou deveriam ser; ao assumir – e teorizar sobre – as narrativas de si, as biografias, como fontes importantíssimas para a Educação Matemática; ao problematizar o momento da entrevistas; ao promover essas e outras tantas reflexões sobre o método, como podemos ler nos trabalhos do Simpósio Temático “História Oral e Educação Matemática”, está em ação uma criação que transcende a mera apropriação. Isso permite falar em uma metodologia que se constitui em trajetória, num movimento retroalimentado pelas reflexões sobre trabalhos já realizados, independentemente de área, de tema e das intenções particulares de cada estudo. Pensar continuamente o método e discuti-lo publicamente estão entre as principais características do grupo de pesquisadores que trabalha com a História Oral em Educação Matemática.

Parte significativa dessas iniciativas de pensar o método inclui a problematização sobre as narrativas, um tema que frequenta, implícita ou explicitamente, todos os trabalhos apresentados nessas duas edições do Simpósio Temático do Encontro Nacional de História Oral. É certo que o que se tem chamado de Pesquisa Narrativa, em suas múltiplas e variadas frentes, tem se desenvolvido exponencialmente em Educação Matemática. A História Oral é um dos modos de produzir e estudar narrativas e, portanto, faz parte desse movimento. Talvez a principal característica diferenciadora entre a História Oral e esses outros tantos modos de produzir e analisar narrativas seja a intenção assumida que a História Oral tem de produzir fontes historiográficas, ainda que nem todas as fontes produzidas sirvam para disparar operações historiográficas. Isso implica cuidados específicos com (e durante) os registros, o que por sua vez implica procedimentos específicos que, como já defendemos, não são (nem devem ser) sacralizados, já que podem ser reformulados e flexibilizados à luz de cada pesquisa, de cada pesquisador, de cada situação e depoente. A diferenciação entre produzir narrativas em História Oral e os outros tantos modos de criar narrativas, por sua vez, implica também a necessidade, exigida do oralista, de defender uma concepção de história que será basilar para o registro da narrativa e seu uso.

O uso das narrativas (e, conseqüentemente, o uso da História Oral) pode – já nos referimos a isso – se dar visando a desenvolver trabalhos historiográficos – que, como também já abordamos aqui, caracteriza a maior parcela de trabalhos apresentados no Simpósio Temático – mas pode se dar em outras frentes das quais também há exemplos significativos nos trabalhos do Simpósio. Duas dessas frentes – que se mostram no acervo dos estudos discutidos no ENHO – são as pesquisas sobre Educação Inclusiva¹² e aquelas que promovem e defendem o uso da História Oral como estratégia de formação a ser levada para as salas de aula (no que se incluem, certamente, as salas de aula de Matemática e as salas de aula dos cursos de Licenciatura em Matemática).

Finalmente, não poderíamos deixar de registrar, ao propor essa leitura dos trabalhos apresentados no Simpósio Temático “História Oral e Educação Matemática”, que a totalidade dos que movimentaram esse fórum em suas duas edições é de pesquisadores jovens, boa parte deles em processo de formação “inicial” para a pesquisa: estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado. Mesmo os pesquisadores-doutores que participaram, coordenaram e/ou apresentaram seus estudos no Simpósio, ainda que tenham carreira já consolidada, obtiveram seus doutorados na década de 2000, quando se iniciava a aproximação da História Oral com a Educação Matemática. Esse fator não deve ser desprezado, já que ele diz muito sobre a vitalidade e a potencialidade dessas iniciativas de pesquisa e de seus pesquisadores.

Referências

BARALDI, I. M. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP):** uma história em construção. Tese de Doutorado em Educação Matemática. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2003.

DUNAWAY, D.K. & BAUM, W.K. (ed.). **Oral History – An Interdisciplinary Anthology.** New York: Altamira Press, 1996.

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (13.: 2016: Porto Alegre, RS). **História oral, práticas Educacionais e interdisciplinaridade:** caderno de resumos. GRECHI, A.L. e RODEGHERO, C.S. (orgs.) São Leopoldo: Oikos – 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (14.: 2018: Campinas, SP). **Anais.** Disponível em <www.encontro2018.historiaoral.org.br>. Último acesso em 16/06/2019.

¹² Nos Simpósios Temáticos do ENHO os trabalhos que tratam de Educação Inclusiva focam os surdos, mas sabemos que há trabalhos nesse viés tematizando outros grupos (de pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual etc).

GARNICA, A.V.M. História Oral e Educação Matemática: um inventário. **Revista Pesquisa Qualitativa**. 1996. Disponível em <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/19>. Último acesso em 16/06/2019.

GARNICA, A.V.M. Um microfone às formigas: crimes, narrativas e histórias. **VIDYA**. Santa Maria, 29 (1), p. 35-47, jan./jun., 2010.

GARNICA, A.V.M. **Oral History and Mathematics Education**. New York: Springer, 2019.

GARNICA, A. V. M. Centros, periferias, resíduos de memória, espaços da cultura escolar no Brasil: intenções de estudo sobre os Grupos Escolares. TRAVERSINI, C., EGGERT, C., PERES, E. e BONFIM, I. (orgs.). **Trajetórias e Processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas**. Porto Alegre: Edipucrs, p. 136-146, 2008.

GUÉRIOS, P.R. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos-Revista de Antropologia**. UFPR-Curitiba, 2011, 12(1), p. 9-29.

MORAIS, M. B. **Se um viajante... Percursos e Histórias sobre a formação de professores de matemática no Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado em Educação Matemática. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2017.

Submetido em Junho de 2019

Aprovado em Setembro de 2019